

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007 (Projeto de Lei nº 6.297, de 2002, na origem), do Deputado Pompeu de Mattos, que *torna obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País.*

RELATOR: SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 49, de 2007 (Projeto de Lei nº 6.297, de 2002, na origem), de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, propõe que passe a ser obrigatória a exibição de filme publicitário, de caráter educativo, sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas. A inserção da peça publicitária deve se dar no início de cada sessão de exibição de filmes, nos cinemas de todo o País.

A obrigatoriedade é prevista no art. 1º da proposição. Já o art. 2º prevê que os custos de produção, distribuição e exibição do material publicitário serão cobertos pelo Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD). Do art. 3º, consta a declaração de que o Poder Executivo regulamentará as disposições da Lei. O art. 4º estabelece o início da vigência do diploma legal.

Ao justificar a proposição original, o autor argumenta que o consumo de drogas ilegais e o abuso de drogas lícitas atingem particularmente os mais jovens e inexperientes; em consequência, é necessário, entre outras medidas, travar uma batalha no campo da informação e do esclarecimento sobre o uso de drogas. E uma das arenas dessa luta, segundo o parlamentar, deve ser justamente a do cinema, que atinge pessoas de diversas idades e camadas sociais.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.297, de 2002, foi aprovado, nos termos de substitutivo apresentado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), substitutivo que foi igualmente acatado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nos termos dos arts. 54 e 24, II, do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada a apreciação pelo Plenário.

No Senado Federal, o PLC nº 49, de 2007, foi distribuído, inicialmente, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Posteriormente, com a aprovação do Requerimento nº 1.087, de 2008, a proposição foi também encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

II – ANÁLISE

No PLC nº 49, de 2007, estão envolvidas, por um lado, uma estratégia educativa; por outro, uma medida que diz respeito às exhibições cinematográficas públicas, aspectos ambos concernentes às competências da CE.

Quanto ao caráter educativo, a proposição se apresenta adequada, uma vez que a mídia se caracteriza, entre outros aspectos, pelo poder que exerce sobre o comportamento dos espectadores. Particularmente no que diz respeito ao consumo de drogas, já ficou patente o quanto o cinema foi utilizado para propagandar o uso do cigarro ou do álcool.

Em filmes clássicos, produzidos nos Estados Unidos da América e distribuídos para todo o mundo, heróis e heroínas, em momentos decisivos da trama de uma história, lançavam mão de um cigarro, o que fazia associar a emoção – prazerosa ou angustiante – à fruição do tabaco ou, em outros casos, de uma bebida alcoólica.

Estudos sobre saúde pública já comprovaram a influência que a propaganda – explícita ou subliminar – tem sobre a indução ao uso do cigarro (nicotina) e de outras substâncias capazes de provocar a dependência química.

No Brasil, a publicidade desses produtos tem sido restringida ao máximo, o que, associado a campanhas de esclarecimento, tem resultado na conscientização das pessoas sobre os virtuais danos de tal consumo. Desse

modo, entre outras consequências, reduziu-se drasticamente o apelo ao cigarro em cenas de filmes, seriados e novelas.

No contexto das mídias de arte e entretenimento, as salas de cinema continuam a constituir um espaço privilegiado para se lidar com tais hábitos, neste caso, para esclarecer sobre os perigos do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas.

Quanto à estratégia de intervir na programação das salas de cinema, com a obrigatoriedade de se exibir o filme publicitário de que trata a proposição, poder-se-ia alegar que tal medida atentaria contra a livre-iniciativa, ou mesmo que poderia acarretar custos para esse segmento.

Entretanto, é patente e consensual que o uso de drogas ilegais e o abuso de drogas lícitas constitui uma das práticas mais deletérias para a sociedade brasileira, razão pela qual o combate a esses comportamentos deve ser assumido por todos os segmentos da sociedade, incluído o dos exibidores cinematográficos.

Por outro lado, quanto aos custos envolvidos, a proposição já inclui os mecanismos de financiamento, por meio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD). Nos termos do art. 5º, II, da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, alterado pela Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, os recursos do referido fundo serão destinados aos programas de educação preventiva sobre o uso de drogas. Desse modo, a medida não acarretaria custos a serem bancados pelos exibidores.

III – VOTO

Considerado o mérito, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator